

CONHECER, TRANSFORMAR E EDUCAR: FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS PARA A PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos - UNESP-Botucatu

TOZONI-REIS, José Roberto - UNESP-Botucatu

GE: Educação Ambiental / n.22

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

Introdução

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. Essa atividade exige sistematização através de metodologia que organize os processos de produção, transmissão e apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos. Assim, se a educação é mediadora na atividade humana, articulando teoria e prática, a educação ambiental é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem. Podemos dizer que a gênese do processo educativo ambiental é o movimento de fazer-se plenamente humano pela apropriação/transmissão crítica e transformadora da totalidade histórica e concreta da vida dos homens no ambiente.

A educação ambiental busca em sua ação humanizadora, porque educativa, a construção de uma prática social e uma ética ambiental que redefinam as relações dos homens com o ambiente e as relações que estabelecem entre si. Portanto, sua “prática social de conhecimento” (Santos, 1989), a pesquisa, também é construída pela articulação entre conhecimento e ação.

Embora várias modalidades da pesquisa qualitativa (bibliográfica, de campo, documental, análise de conteúdo, estudo de caso, etc) possam ser adequadas à investigação em educação ambiental, apresentamos, neste estudo, algumas análises sobre a pesquisa-ação-participativa, metodologia que proporciona caminhos que a articule com a ação educativa. A educação ambiental, como estratégia de intervenção democrática na organização social dos indivíduos para garantir uma relação responsável

com o ambiente. Isso expressa uma característica que não pode ser desvalorizada na organização das atividades de pesquisa nesta área: a intervenção social. Neste sentido é que entre outras modalidades da investigação qualitativa, a pesquisa-ação-participativa mostra-se bastante apropriada para a produção do conhecimento em educação ambiental.

Uma parcela significativa das pesquisas em educação ambiental produzida nos programas de pós-graduação no Brasil, valoriza e realiza a ação educativa ambiental. Pesquisas publicadas nos diferentes espaços de divulgação da produção acadêmica em educação ambiental originam-se de práticas educativas ambientais. No entanto, freqüentemente, nos trabalhos acadêmicos, essas duas dimensões - a ação e a pesquisa - encontram-se dissociadas. Vemos, muitas vezes, os pesquisadores coletando dados formais de sua ação - através de observações, entrevistas e questionários, por exemplo - de forma desconectada da ação. É comum encontrarmos os resultados da ação sem nenhuma problematização da própria ação educativa. Se os pesquisadores sentem necessidade do agir educativo em seu processo de investigação, por quê não potencializar essa necessidade, articulando-a radicalmente com o processo de produção de conhecimento gerado por esse agir, intencional e direto?

Temos convivido também, nos espaços acadêmicos, com uma certa desvalorização da metodologia da pesquisa-ação. Essa desvalorização é resultado da banalização da pesquisa-ação como caminho metodológico de construção de conhecimento. Alguns trabalhos de pesquisa anunciam essa metodologia mas tratam de relatos de intervenção social sem a necessária produção de conhecimentos que a caracteriza. Até outras modalidades de pesquisa que, por exigirem uma interação, ainda que imediata e formal com os sujeitos, são também apresentadas como pesquisa-ação. Isso nos indica a necessidade de aprofundar a discussão e a compreensão dos aspectos metodológicos da pesquisa-ação-participativa. O problema que trazemos para análise neste ensaio diz respeito à essa necessidade: buscar referências teórico-metodológicas que possam contribuir para a construção da pesquisa-ação-participativa em educação ambiental como alternativa às formas tradicionais de produção de conhecimentos científicos.

Pesquisa em educação ambiental: a pesquisa-ação-participativa

A pesquisa nas ciências humanas e sociais vem, já há muito tempo, buscando a superação dos paradigmas tradicionais da ciência moderna. Vivemos, como afirma Santos (1989) num período de transição de paradigmas na ciência e na sociedade.

A pesquisa em educação ambiental vem ocupando cada vez mais espaço. É preciso lembrar aqui, que mesmo relacionada a diferentes áreas do conhecimento, a educação ambiental é educação, portanto a pesquisa em educação ambiental está relacionada aos princípios e métodos das ciências humanas e sociais. A crise de paradigmas pela qual passa a produção científica nos últimos tempos, exige, para pensarmos a pesquisa em educação ambiental, refletirmos sobre a crise dos paradigmas nas ciências e na sociedade.

Com relação aos referenciais filosófico-políticos, percebemos a presença marcante de uma tendência entre aqueles que vem desenvolvendo atividades de educação ambiental: a necessidade de superar o paradigma racionalista da ciência moderna. Essa tendência sinaliza um movimento de transição de paradigmas científicos e, de certa forma, sócio-culturais que diz respeito à superação do paradigma tradicional da produção de conhecimentos, dominante principalmente nas áreas das ciências naturais.

A *utopia* colocada para o mundo científico e social pode ser compreendida de forma que a abordagem ingênua que caracteriza o movimento de superação/negação, de retorno às condições pré-científicas da relação homem-natureza, nas quais a história real, concreta e material é desconsiderada, seja superada pela abordagem mobilizadora de colocar, em perspectiva histórica, a possibilidade de construção de alternativas civilizatórias para as relações com o ambiente. Trata-se de criar novas ciências e tecnologias que determinem e sejam determinadas por um novo modelo de sociedade, ecológica e democrática (Santos, 1997), um novo modelo civilizatório, um modelo responsável e igualitário.

Isso significa que a educação ambiental pode ser construída a partir de práticas educativas que superem as formas fragmentadas do pensar e agir. Para isso, essas práticas educativas devem ser organizadas sob o paradigma da interdisciplinaridade, radical e intencionalmente construídas em todos os espaços de educação ambiental. A fragmentação das ações educativas pode ser superada pelo paradigma da totalidade, da complexidade e da dialética como forma de pensar e agir, superando a primazia da lógica formal.

Diante dessas necessidades, é preciso definir um apoio teórico-metodológico, uma metodologia de trabalho, um método que, por um lado, supere o caráter fragmentado da prática da pesquisa e, por outro, garanta legitimidade a essa prática. Metodologia na pesquisa é um caminho para a construção do conhecimento, relacionado tanto às referências teóricas quanto às técnicas e instrumentos de investigação (Demo, 1989; Minayo, 1998).

Os caminhos e os instrumentos não se referem apenas aos procedimentos mais imediatos de coleta, organização e análise dos dados, mas referem-se, principalmente à coerência teórica necessária à construção do conhecimento. Neste sentido, a pesquisa qualitativa, base teórico-metodológica das ciências humanas e sociais têm sido, muitas vezes, um instrumento mal compreendido. Por pesquisa qualitativa entendemos, não a possibilidade de abrir mão de qualquer método, mas uma metodologia com características próprias, científica e, ao mesmo tempo, complexa, dinâmica e com a plasticidade necessária a investigação dos fenômenos humanos e sociais, própria para a educação e para a educação ambiental. Se a educação ambiental é uma estratégia de intervenção social, em cuja meta está a transformação das ações dos indivíduos no ambiente, levando em conta o caráter histórico e social dessa intervenção, a pesquisa em educação ambiental refere-se a fenômenos humanos e sociais, históricos e culturais que precisam ser compreendidos em sua totalidade e complexidade, interpretados e analisados sob a ótica qualitativa. O método de investigação da realidade nas ciências humanas e sociais, nas quais está inserida a educação, parte do princípio que é preciso estudar os fenômenos como um todo, rompendo com o paradigma científico da divisão do todo em partes (Marx, 1968).

O conteúdo dos fenômenos humanos e sociais – objeto de estudo da pesquisa em educação e em educação ambiental – traz significações, hábitos, crenças, atitudes, etc, que não podem ser expressos por modelos formais pré-estabelecidos (Minayo, 1998). Essas características da pesquisa qualitativa determinaram inclusive sua origem principalmente na prática investigativa das ciências sociais, mais especificamente da antropologia, no fim do século XIX (Gómez *et all*, 1999). Esse autor indica a década de setenta, do século XX, como o período em que a pesquisa qualitativa em educação tomou corpo.

A pesquisa qualitativa para possibilitar a criação de conhecimentos, para garantir a aproximação concreta e histórica com o objeto em estudo, requer um questionamento, uma vivência histórico-crítica por parte do observador, do pesquisador, para que haja

um diálogo com a realidade, a interpretação (Neto,1998). Gómez *et all* (1999), coloca-a entre as pesquisas de paradigma emancipatório como o das teorias pedagógicas críticas. Essas teorias partem do pressuposto de que a função da educação é a instrumentalização dos sujeitos sociais para uma prática social transformadora (Saviani, 1994), desta forma, os conhecimentos, na perspectiva social e histórica, são instrumentos de humanização – de educação. A pesquisa em educação, portanto, tem na apropriação social e histórica dos conhecimentos, seu significado. Sob a orientação da pesquisa qualitativa a pesquisa em educação pode produzir conhecimento sem fechar-se nos compartimentos da cientificidade ilusória mas também sem fugir ao compromisso com o método.

Se, do ponto de vista teórico-metodológico a pesquisa qualitativa é uma referência para a educação ambiental, algumas das modalidades da pesquisa qualitativa estão presentes na pesquisa em educação ambiental, entre elas, as pesquisas participativas e a pesquisa-ação.

A abordagem qualitativa da pesquisa-ação-participativa em educação ambiental é nosso tema neste ensaio. Escolhemos essa denominação por considerá-la mais adequada à produção de conhecimentos no campo das ciências humanas e sociais que dá ênfase à ação e à participação. Isso significa dizer que o processo de produção de conhecimentos acerca da educação ambiental tem como ponto de partida os fenômenos comunitários da prática educativa. Demo (1989) define a pesquisa-ação como uma modalidade alternativa de pesquisa qualitativa que exige, e não pode abrir mão, da participação. Gómez *et all* (1999) consideram diferentes níveis de participação dos envolvidos na pesquisa-ação, em especial na pesquisa colaborativa e na pesquisa participativa. Brandão (1999) denomina de pesquisa participante a prática de investigação das ciências sociais que nem sempre pode ser considerada politicamente participativa, pois isso depende, não de uma definição semântica, mas da radicalidade da participação dos sujeitos envolvidos. Thiollent (2000) afirma que, apesar de não haver unanimidade sobre a identificação da pesquisa-ação como participativa, toda pesquisa-ação tem que ser participativa.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 2000, p.14).

Vasconcelos (1997) apresenta quatro diferentes experiências de pesquisa-ação em educação ambiental valorizando, como conclusão, a participação dos sujeitos no

processo de produção de conhecimento e no processo de transformação – ou mudança – social. Isso realiza-se pela possibilidade de envolvimento de muitos sujeitos no processo transformação pretendido: “não é um trabalho em que poucos dizem o que muitos devem fazer” (p.286).

Com essas contribuições, nosso ponto de partida é considerar a pesquisa-ação sempre participativa, isto é, considerar que, como metodologia de investigação da realidade educativa ambiental, a pesquisa-ação só tem sentido no processo de produção de conhecimentos se ela contar com a participação radical dos sujeitos como parceiros de todo processo. Nesse sentido, busquemos aprofundar a compreensão de **participação**.

Se a nossa utopia é a utopia ecológica e democrática, temos que compreender a importância política da participação. Demo (2001) inicia suas reflexões sobre participação como conquista, afirmando:

O eixo político da política social centra-se no fenômeno da participação. É através dela que promoção se torna autopromoção, projeto próprio, forma de co-gestão e autogestão, e possibilidade de auto-sustentação. Trata-se de um processo histórico infundável, que faz da participação um processo de conquista de si mesma. Não existe participação suficiente ou acabada. Não existe como dádiva ou como espaço preexistente. Existe somente na medida de sua própria conquista (Demo, 2001, p.12-13).

Se a participação é uma conquista significa que é um processo de desenvolvimento emancipatório comunitário em permanente construção. Etimologicamente participar – ou “participare”, do latim - significa “tomar parte”. É, portanto, uma ação coletiva que sugere tomar decisões, decisões coletivas. Bordenave (1985) dá ênfase na idéia de que participar é decidir, isto é, intervir ativamente nas decisões para planejar, executar e avaliar ações, em nosso caso, ações educativas ambientais. Temos então que tomar decisões é uma conquista e, tomar decisões coletivas é uma conquista emancipatória coletiva. Por considerar esse aspecto essencial para essa metodologia de produção de conhecimentos em educação ambiental, fomos buscar nos estudos sobre processo grupal que tem desenvolvido a psicologia contribuições teóricas.

Processos grupais e a metodologia da pesquisa-ação-participativa

Uma das mais importantes contribuições para a compreensão dos estudos sobre grupos diz respeito a idéia de que um grupo não existe por uma situação dada, pela simples presença dos indivíduos em relação formal. Um grupo de indivíduos “se torna”

um grupo, isto é, vivencia um **processo grupal**. Lane (1984) identifica diferentes conceitos de grupo ao realizar uma revisão sobre as teorias de grupo elencando, principalmente, autores como Lewin, Loureau, Lapassade, Pichon-Rivière e Calderón & De Govia. Essa autora afirma que:

Podemos perceber, por esta revisão de teorias sobre o grupo, uma postura tradicional onde sua função seria apenas a de definir papéis e, conseqüentemente, identidade social dos indivíduos, e de garantir sua produtividade, pela harmonia e manutenção das relações apreendidas na convivência. Por outro lado, temos teorias que enfatizam o caráter mediatório do grupo entre indivíduos e a sociedade enfatizando o processo pelo qual o grupo se produz; são abordagens que consideram as determinantes sociais mais amplas, necessariamente presentes nas relações grupais.

Essa revisão crítica permitiu levantarmos algumas premissas para conhecer o grupo, ou seja: 1) o significado da existência e da ação grupal só pode ser encontrado dentro de uma perspectiva histórica que considere a sua inserção na sociedade, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas; 2) o próprio grupo só poderá ser conhecido enquanto um processo histórico, e nesse sentido talvez fosse mais correto falarmos em processo grupal do que em grupo (Lane, 1984, p.80).

Essas reflexões vem contribuir para a superação da idéia de que um grupo se resume na realização de uma tarefa ou consecução de um objetivo comum. Del Cueto & Fernandes (1985) estudando o movimento dialético de desenvolvimento dos grupos indicam que o papel aglutinador dos indivíduos em torno de uma tarefa ou um objetivo comum é muito mais um elemento “convocante” do que estruturante do grupo, isto é, a tarefa comum tem a função de reunir os indivíduos mas não é suficiente para a estruturação coletiva do grupo. Essas idéias tem implicações para a pesquisa-ação-participativa. Um dos importantes aspectos a ser considerado é a necessidade de investir, no processo de pesquisa, no desenvolvimento do grupo.

Os estudos sobre os processos grupais tem ainda mais contribuições à pesquisa-ação-participativa. Lewin e Moreno são referências importantes da psicossociologia quando se trata desses estudos. Moreno em sua biografia apresenta, por um lado, aspectos convergentes com a de Lewin: ambos são de origem judaica, nascidos na Europa no final do século XIX e desenvolveram seus estudos sobre grupos nos Estados Unidos, para onde emigraram no período entre as duas guerras mundiais. Por outro lado, suas vidas mostram caminhos opostos em vários aspectos. Lewin foi um típico acadêmico, com sólida formação em pesquisa, cujo percurso intelectual o conduziu a prática social. Moreno, ao contrário, foi mais conhecido inicialmente por seu ativismo utópico. Seu amadurecimento intelectual conduziu paulatinamente seu interesse pela compreensão teórica dos processos sociais, em especial grupais. Vejamos as contribuições de cada um deles.

Kurt Lewin (1890-1947) nasceu na Prússia e aos 24 anos de idade defendeu seu doutorado na Universidade de Berlim sobre o tema “A psicologia do comportamento das emoções”. Quando emigrou para os Estados Unidos em 1933, fugindo da perseguição nazista era professor titular de psicologia na mesma Universidade. Teve, portanto, uma vida profissional tipicamente acadêmica, o que facilitou sua acolhida pelas universidades americanas. Sua formação no campo da psicologia, após os estudos em química e física, foi bastante marcada pela psicologia da Gestalt, fundamental para as pesquisas desenvolvidas por ele. No início de seu trabalho nos Estados Unidos dedicou-se ao comportamento individual, explicando a ação do indivíduo a partir da estrutura que se estabelece entre o sujeito e seu ambiente num momento determinado. Essa estrutura é considerada um campo dinâmico, como um sistema de força em equilíbrio: quando se rompe o equilíbrio cria-se uma tensão no indivíduo e seu comportamento tem como finalidade o restabelecimento desse equilíbrio.

O primeiro problema social a ser estudado por Lewin nos Estados Unidos refere-se ao seu próprio grupo étnico. Ao tentar compreender a psicologia das minorias judias formulou uma teoria para compreensão dos grupos socialmente discriminados, que passou a chamar de “minorias psicológicas”. A partir daí esse teórico se dedicou aos estudos dos processos coletivos, em especial ao dos pequenos grupos, constituindo-se numa importante referência para a psicologia social, transformando-a radicalmente. A partir de 1938 estendeu aos processos grupais a noção de “campo dinâmico”, que teve como corolário a transformação definitiva da psicologia social até então voltada para o processo de socialização do indivíduo através da experimentação em laboratório de acordo com os paradigmas do pragmatismo então vigente. Mailhiot (1973) considera o estudo das minorias psicológicas fundamental para o interesse de Lewin pelos estudos grupais. Ao final desses estudos Lewin chegou a duas conclusões metodológicas: a compreensão das relações intergrupais só pode ser realizada em constante referência à sociedade global; e, a abordagem científica dos fenômenos intergrupais exige uma aproximação complementar de todas as ciências sociais. Essas conclusões o levaram a contrapor a pesquisa de campo à pesquisa de laboratório como método em psicologia social.

A experimentação no laboratório se verifica, socialmente falando, numa ilha bem isolada da vida da sociedade. Embora possa não violar regras sociais básicas, está bem livre daquelas pressões que a experimentação com “grupos reais” tem que enfrentar diariamente. Num experimento de laboratório sobre percepção ou frustração o psicólogo geralmente controla a situação. Em outras palavras, tem o poder de criar as condições físicas que deseja.(...) Para

a experimentação de grupos reais, entretanto, o aspecto do poder é um problema capital (Lewin, 1965, p.187-188).

Atualmente a limitação dos estudos psicossociais em laboratório é consensualmente reconhecida, porém é importante identificar nesse teórico a ruptura epistemológica na pesquisa acadêmica em psicologia social. Ao mesmo tempo, passam a ser metodologicamente complementares e indissociáveis na pesquisa sobre fenômenos sociais a elaboração de um diagnóstico de uma dada situação e a formulação da dinâmica própria da vida de um dado grupo. Ou seja:

Não há diagnóstico de uma situação social concreta que possa ser formulada sem a exploração da dinâmica própria do grupo implicado por esta situação. Do mesmo modo, a dinâmica própria de um grupo não se revelará realmente, senão ao pesquisador que tenha conseguido assimilar todos os dados concretos da vida deste grupo. A pesquisa em psicologia social, conclui Lewin, deve originar-se a partir de uma situação social concreta a modificar. E deve inspirar-se constantemente nas transformações e nos componentes que surgem durante e sob a influência da pesquisa (Mailhiot, 1973, p.46).

Lewin inaugura então, do ponto de vista metodológico, a possibilidade de conhecer pela participação direta na vida dos grupos, produzir conhecimento pela ação coletiva, científica política e socialmente relevantes. Os caminhos metodológicos abertos por ele trouxeram para a investigação social a dimensão subjetiva, própria da condição humana como passível de ser cientificamente compreendida, contrariando a crença behaviorista, de paradigma cartesiano, sobre a objetividade da investigação científica, garantida pela separação sujeito-objeto. A dimensão psicológica presente na vida social passa a ser valorizada na compreensão dos processos sociais.

A relação entre a Psicologia científica e a vida mostra uma ambivalência peculiar. Nos seus primeiros estágios como ciência experimental, a psicologia foi dominada pelo desejo de exatidão e um sentimento de insegurança. A experimentação era principalmente devotada a problemas de percepção sensorial e memória, em parte porque poderiam ser investigados em situações onde o controle e precisão experimental poderiam ser garantidos com os instrumentos aceitáveis do laboratório físico. Assim que o procedimento se expandiu para outras partes da psicologia e os problemas psicológicos foram aceitos pelos cientistas como objetos adequados à experimentação, lentamente desapareceu o período da “Psicologia de instrumentos”. Gradualmente, a psicologia experimental se torna mais psicológica e mais se aproxima dos problemas reais (Lewin, 1965, p.190).

Por um lado as características psicológicas passam a ser validadas como objeto da investigação social, por outro “os fenômenos grupais são irreduzíveis e não podem ser explicados à luz da psicologia individual. Toda dinâmica de grupo é a resultante do conjunto das interações de um espaço psicossocial” (Mailhiot, 1973, p.50). Da pesquisa Lewin chega à dinâmica de grupo, tema pelo qual se tornou mais conhecido, inaugurando uma vertente da pesquisa grupal até hoje considerada na compreensão dos

processos grupais. Aplicando os princípios da metodologia da pesquisa-ação Lewin dedicou-se então à experimentação social com um grupo restrito de pessoas (*face to face*) com destaque para os processos referentes à comunicação nos grupos, poder e autoridade e mudança e resistência a mudança.

O desenvolvimento da dinâmica de grupo manteve as premissas metodológicas da pesquisa-ação. A pesquisa social é indissociável da ação, portanto, seu sentido é favorecer ou provocar mudança. Que tipo de mudança? A que corresponde a uma necessidade do grupo sujeito. Também são indissociáveis mudança social e controle social: o experimento deve fazer sentido para o grupo envolvido que deve se apropriar intencionalmente do processo de mudança.

Para Lewin, os fenômenos de grupo não revelam as leis internas de sua dinâmica senão aos pesquisadores dispostos a se engajar pessoalmente a fundo, nesse dinamismo em marcha, a respeitar-lhes os processos de evolução nos sentidos definidos que a história lhe imprime e, assim, a favorecer-lhe a máximo que se ultrapasse. Finalmente o pesquisador deve implicar-se pessoalmente no futuro das realidades sociais que tenta explicar sem deixar de objetivar-se a seu respeito. Ser-lhe-á necessário, pois, prosseguir suas pesquisas no próprio campo em que se manifestam os fenômenos que estuda e só tentar modificar sua dinâmica com o consentimento explícito dos grupos que serve à sua experimentação. Decorre para ele a necessidade de, durante suas pesquisas, assumir constantemente os dois papéis complementares de participante e de observador (Mailhiot, 1973, p.47).

Podemos também encontrar fundamentos metodológicos para a pesquisa-ação-participativa na obra de Jacob Levy Moreno (1889-1974) conhecido pela criação do psicodrama, o método psicoterápico. O psicodrama é uma aplicação da socionomia – estudo das leis que regem o comportamento social e grupal – um sistema teórico que articula as descobertas de uma intensa produção de toda uma vida voltada inicialmente para a transformação social. Para compreender a socionomia é necessário acompanhar a trajetória da vida de seu criador.

Em seus primeiros trabalhos, ainda jovem com menos de 20 anos, encontramos Moreno brincando com as crianças nos Parques de Viena contando histórias. “Moreno não só contava histórias. Brincava com as crianças utilizando jogos que não só faziam apelo à espontaneidade mas também desafiavam valores herdados dos pais e dos professores. Levava-os a inventar contos ou encontrar novos nomes para elas próprias, e até mesmo outros pais” (Marineau, 1992, p.51-52). Em 1913, como estudante de medicina, já explicitava sua preocupação com grupos socialmente discriminados: realizou um trabalho com um grupo de prostitutas no Distrito Luz Vermelha de Viena cuja motivação relata em sua autobiografia:

Aqui se achava uma classe inteira de gente segregada pelo resto da sociedade, não por causa de sua religião ou caráter étnico, mas por causa de seu trabalho. Elas eram

inaceitáveis para os burgueses, os marxistas, até mesmo para os criminosos. Estes, após cumprirem suas sentenças, são novamente pessoas livres. Mas essas mulheres estavam perdidas para toda a eternidade. Não tinham nenhum direito civil. Não havia leis nem mecanismos sociais para proteger seus interesses (Moreno, 1997, p.65).

Moreno começou freqüentar suas casas acompanhado de um amigo médico, especialista em doenças venéreas; antes de tudo teve que vencer a resistência dessas mulheres acostumadas a abordagem de religiosos que freqüentemente tentavam fazê-las mudar de vida. Moreno pretendia ajudá-las a se organizar e não aceitar como fato inalterável o estigma que as oprimiam. Aos poucos elas foram se envolvendo e desenvolveram formas coletivas de enfrentamento da discriminação.

No final de 1993, as prostitutas realizaram um encontro de grandes proporções em um dos maiores salões de Viena, o Sofiensal. Já nessa ocasião, havia uma verdadeira organização com dirigentes eleitas. Elas dirigiam a reunião. Dr. Gruen e Sr. Colbert encontravam-se no palco. Eu estava lá apenas como um “civil” e fiquei na platéia. As moças estavam muito orgulhosas de si naquela noite (Moreno, 1997, p.67).

Durante a primeira guerra mundial Moreno trabalhou – como estudante de medicina - em campos de refugiados tirolezes. Num desses campos, o de Mittendorf, desenvolveu o que mais tarde seriam as técnicas sociométricas, ao levar em consideração a afinidade entre as pessoas na distribuição geográfica das barracas de refugiados. Terminada a guerra e diplomado médico, ao mesmo tempo em que praticava a medicina, Moreno criou o Teatro da Espontaneidade, pretendendo revolucionar a cultura no campo que lhe parecia mais expressivo de seu caráter estereotipado: o teatro convencional. Voltar seu foco de intervenção para o mundo teatral significou uma mudança de estratégia, mas não uma renúncia ao seu projeto utópico de ajudar a humanidade a se libertar das conservas culturais. Na experiência do Teatro da Espontaneidade surgiram as bases do psicodrama, na descoberta das potencialidades terapêuticas da ação teatral.

Em 1925 Moreno emigra para os Estados Unidos, onde pode ampliar sua atuação em diversas áreas. Duas experiências foram fundamentais nesta fase para o desenvolvimento das técnicas sociométricas. A primeira delas foi o projeto de pesquisa desenvolvido em 1931 na prisão de Sing-Sing, com o objetivo de transformá-la em uma comunidade social. O uso de diversas técnicas de investigação e de intervenção, inclusive de psicoterapia grupal, produziram uma total reformulação na vida prisional. A repercussão desse trabalho gerou entre outras coisas um convite para Moreno desenvolver um projeto na Escola para a Educação de Moças do Estado de Nova York. As duas experiências produziram consistente e copioso material apresentado no livro

“Who Shall Survive?” (traduzido para o espanhol como *Los fundamentos de la Sociometria*) que sistematiza as técnicas sociométricas e os princípios metodológicos da Socionomia.

Moreno designou o conjunto de sua obra de Socionomia, definindo-a como “a ciência das leis sociais” (Moreno, 1972) e a dividiu em três ramos independentes (Moreno, 1974): a sociometria (a ciência da medida do relacionamento humano), a sociodinâmica (a ciência da estrutura dos grupos sociais) e a sociatria (ciência do tratamento dos sistemas sociais).

Podemos buscar nos princípios metodológicos da Socionomia de Moreno, elementos teóricos necessários a compreensão da pesquisa-ação-participativa. A proposta sacionômica tem opção metodológica clara, expressa por Moreno em diversos momentos. Ele se coloca contrário à tentativa de aplicar ao estudo das relações sociais o método das ciências exatas, paradigma dominante nos Estados Unidos naquele momento, pois a natureza do objeto determina o método. Assim, é impossível realizar investigação social a partir de uma suposta separação entre o investigador e o objeto. Tampouco as situações estudadas podem se reduzir ao que é controlável, como pretendia o positivismo. Na pesquisa, a separação entre sujeito e objeto é impossível quando o objeto é o próprio homem.

Cada ciência se refere a uma constelação de fatos; possui seus próprios meios para medi-los. Sem instrumentos convenientes de descoberta ou de mensuração uma ciência não poderia existir. A primeira tarefa que cada ciência deve cumprir é a precisa determinação das condições em que se produzem os fatos importantes. Cada ciência tem sua maneira própria de cumprir essas tarefas. (...) a sociedade humana não tem nada de um automatismo dado e fixado. Ainda que estreitamente ligada a condições físicas e biológicas, possui uma estrutura cuja criação e desenvolvimento dependem de condições internas e que, em consequência, deve-se estudar desde seu interior (Moreno, 1972, p.65-66)

Chegamos pois, pelas palavras de Moreno, à posição do investigador social: só é possível estudar um grupo dele participando. Não se pode conhecer uma estrutura grupal observando-a de fora. Isso somente seria possível a uma metodologia que aceitasse o mito da objetividade e da neutralidade do cientista que o coloca fora do campo de estudo, em oposição ao objeto. Tal metodologia desconsideraria as trocas afetivas e espontâneas e o movimento interno do grupo, ou seja, a própria condição humana.

Ao estabelecer que só é possível conhecer a sociedade humana no que ela tem de dinâmica, de movimento, a metodologia sacionômica opta pela pesquisa-ação. Portanto, o pesquisador realiza sua pesquisa participando do grupo, em conjunto com ele,

assumindo sua subjetividade e procurando colocar-se como instrumento do projeto grupal: “(...) se o cientista é parte implicada na própria realidade social, ele que se valha de sua posição como uma abertura e estratégia metodológica; senão é nada mais do que um sujeito lançado na interioridade, no entrecruzamento de correntes subjetivas, isto significa tão somente que sua posição não o privilegia mais do que aos outros sujeitos implicados e que, nesse sentido, o experimento tem que ser um projeto movido do interior e envolvendo a participação conjunta de todos” (Naffah-Neto, 1979). Mas, para Moreno, não basta a transformação do investigador em participante; essa necessita ser completada pela atribuição do papel de investigador a todos os membros do grupo. Para que o experimento se concretize é necessário que todos os membros sejam também investigadores, participando na condução do experimento e na explicitação das vivências grupais. Em vários momentos de sua obra Moreno se refere a tal processo como a realização do duplo papel do pesquisador: investigar e participar. Assim como é duplo o papel do participante: participar e investigar. Se o pesquisador-experimentador não estiver atento a isso, não realizar esse duplo papel para ambos, corre o risco de tornar-se um participante e, ao mesmo tempo um “agente secreto” do método científico (Moreno, 1972).

Implicações metodológicas: participação e transformação

A pesquisa em educação ambiental busca produzir conhecimentos que tenham relevância científica e social. Essa proposição foi reafirmada nas discussões empreendidas durante o último EPEA (Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental) realizado na UFSCar em 2003. Iniciamos esse ensaio anunciando como problema para nossa reflexão a busca de referências teórico-metodológicas que contribuam para a construção da pesquisa-ação-participativa em educação ambiental como alternativa às formas tradicionais de produção de conhecimentos científicos. Nessa busca, elegemos para análise os estudos dos processos grupais que tem empreendidos os teóricos da psicossociologia, com destaque para os estudos de Lewin e Moreno.

A primeira implicação desses estudos nas reflexões empreendidas é a defesa radical da abordagem científica interdisciplinar, valorizada pelos dois principais teóricos estudados. Temos também a importância da compreensão da reunião dos indivíduos em grupos, pressuposto da pesquisa-ação-participativa, como um processo a ser construído. Nessa construção, é de fundamental importância a relação dos grupos com a sociedade global a partir da consideração da dinâmica própria do grupo. Nessa relação com a

sociedade podemos identificar como ponto de partida das investigações as situações sociais concretas a modificar pelas formas coletivas de enfrentamento das dificuldades socialmente determinadas. Isso significa dizer que, a pesquisa-ação-participativa em educação ambiental buscará sempre modificar, e até transformar, as condições sócio-ambientais da qual se ocupa. Trata-se de um processo de investigação articulado radical e metodologicamente à intervenção social. A investigação social não pode ser realizada a partir da separação entre o investigador e o “objeto” a ser estudado.

Temos aqui uma síntese dos princípios da pesquisa-ação, inclusive em sua dimensão participativa. A pesquisa social somente tem sentido para a transformação de uma situação concreta. E para compreender essa situação, coletiva e real, para compreendê-la e transformá-la, é indispensável que o pesquisador se torne parte do universo pesquisado, participante das transformações a realizar-se. Para transformar é preciso conhecer, e somente tem sentido conhecer para transformar. Esse novo paradigma metodológico da ciência, também é um paradigma que se refere à organização da sociedade.

Para que a transformação tenha significado na produção dos conhecimentos sobre os processos educativos ambientais é imprescindível a participação direta do pesquisador no processo grupal, pois as transformações somente terão sentido e significado se definidas pelas necessidades do próprio grupo, sujeito de pesquisa. Dessa forma, temos como de fundamental importância a vivência de duplos papéis, tanto para os inicialmente pesquisadores quanto para os inicialmente colaboradores: todos serão parceiros de pesquisa, “pesquisadores acadêmicos” e “pesquisadores comunitários”. Essa parece ser uma das principais contribuições teórico-metodológicas do aqui estudado: relevância científica e acadêmica se realiza-se pelo esforço coletivo na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada com o rigor metodológico necessário que as ciências humanas e sociais tem produzido.

Construir práticas inovadoras de pesquisa em educação ambiental significa, além de contribuir na construção de um campo teórico-metodológico necessário para o desenvolvimento e consolidação da investigação em educação ambiental, contribui também para a consolidação teórico-metodológica da pesquisa acadêmica como instrumento político de produção e apropriação social e democrática dos conhecimentos na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Referências Bibliográficas

BORDENAVE, J.D. *O que é participação?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

- BRANDÃO, C.R. *Repensando a pesquisa participante*. 3 ed, São Paulo: Brasiliense, 1999.
- DEL CUETO, A M. & FERNANDES, A M. In: BAREMBLIT, G. (org). *Lo grupal 2*. Bueños Aires: Ed. Búsqueda, 1985.
- DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Altas, 1989.
- DEMO, P. *Participação é Conquista*. 5 ed, São Paulo: Cortez, 2001.
- GÓMEZ, G.R.; FLORES, J.G. & JIMÉNEZ, E.G. *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe, 1999.
- LANE, S.T.M. O processo Grupal. In: LANE, S.T.M. & CODO, W. (orgs). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEWIN, K. *Teoria de campo em Ciência Social*. São Paulo: Pioneira, 1965.
- MAILHIOT, G.B. *Dinâmica e gênese dos grupos: atualidades das descobertas de Kurt Lewin*. 2 ed, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MORENO, J.L. *Fundamentos de la sociometria*. 2 ed, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1972.
- MORENO, J.L. *Psicoterapia de grupo e psicodrama*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- MORENO, J.L. *Autobiografia*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- MARINEAU, R.F. *Jacob Levy Moreno 1889-1974: pai do psicodrama, da sociometria e da psicoterapia de grupo*. São Paulo: Ágora, 1992.
- NAFFAH-NETO, A. *Psicodrama: descolonizando o imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- NETO, O C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, B.S. *Introdução à uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, B.S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SAVIANI, D. *A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 1994.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 10 ed, São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELOS, H.S.R. A pesquisa-ação em projetos de educação ambiental. In: PEDRINI, S.G. (org) *Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. 3 ed, Petrópolis: Vozes, 1997.